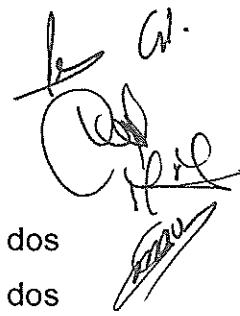


RELATÓRIO DA DIREÇÃO
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2020





RELATÓRIO DA DIREÇÃO

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b) do Artigo 28º dos Estatutos do C.A.S.T., vem a atual Direção submeter à apreciação dos Associados o Relatório e as Contas de Gerência relativas ao ano 2020.

I – Apreciação Geral

Ao fazer-se o balanço de mais um ano de trabalho é sempre a altura indicada para se avaliar o grau de concretização dos objetivos traçados e das estratégias adotadas pela direção.

O ano de 2020 foi um ano de grande instabilidade económico-financeira devido à pandemia COVID-19, que motivou um aumento de gastos não previstos e de constrangimentos inesperados que tivemos de superar a fim de conseguir manter um padrão de qualidade elevado nos serviços prestados aos nossos utentes/clientes, pese embora a situação que vivemos ter contribuído para os resultados negativos das nossas contas.

Lançando um olhar sobre a atividade desenvolvida durante o ano transato, pode referir-se, à partida, a continuidade da afirmação de três princípios gerais:

- 1º - As respostas (com exceção do Centro Convívio que foi suspenso e do Centro de Dia que funcionou em termos de SAD) funcionaram com normalidade, tentando dar o melhor aos nossos utentes/clientes;
- 2º - Foi obtido um resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos negativo de 252.766,52€ e um resultado líquido negativo de 339.620,91€;
- 3º - Não obstante a qualidade do trabalho realizado em condições exigentes, contamos sempre com o empenho dos colaboradores e apesar de tudo existiu sempre espaço para a melhoria dos serviços e no conforto prestado aos nossos utentes/clientes.

II – Aspetos relevantes da atividade de 2020

Como atrás referimos, o Ano de 2020 foi marcado de forma inesperada e gravosa, devido à Pandemia (COVID- 19) e no que diz respeito ao C.A.S.T., foi

um ano difícil, com muitos constrangimentos quer no domínio económico-financeiro que influenciou de forma negativa e decisiva os resultados negativos, quer no domínio da saúde com o falecimento de alguns utentes, as sequelas de que alguns ainda sofrem e a saúde mental de todos que se agravou devido ao confinamento que viveram durante mais de 1 ano e que só agora começa a ver “a luz no fundo do túnel” com a possibilidade de visitas e saídas ao exterior, mas com regras pré-determinadas e exigentes.

No aspeto económico-financeiro os gastos em produtos de higienização e desinfeção aumentaram significativamente em relação a 2019 e apareceram novas despesas (mascaras, EPI'S, etc.) com alguns apoios excecionais e sem relevância face volume de gastos. **(Quadro Anexo)**

	2019	2020	2021*
Máscaras cirúrgicas		17.091,36 €	651,96 €
Máscaras FFP2		1.455,96 €	1.376,05 €
Fatos COVID		331,50 €	7.346,92 €
Luvas	6.046,91 €	13.179,81 €	5.432,13 €
Mentabac	415,85 €	2.139,26 €	653,51 €
Álcool gel	362,65 €	713,31 €	
Oxivir toalhitas	732,39 €	584,27 €	371,99 €
Oxivir líquido		206,57 €	
	7.557,80 €	35.702,04 €	15.832,56 €

***1º Trimestre**

	2019	2020	2021*
Diversey	19.812,57€	34.099,43€	7.936,27€

***1º Trimestre**

No que se refere à Área Infantil a situação já de si deficitária em 2019 no valor de € - 102.815,71, daí termos abdicado para o ano letivo 2020/2021 da função de Coordenadora Geral da Área Infantil que era desempenhada a tempo inteiro por uma Educadora - agravou-se em 2020 (€ - 233.879,33) também devido a outros dois fatores:

- O facto de termos menos 12 crianças a frequentar o Jardim de Infância o que se traduz num prejuízo anual superior a € 50.000,00;
- O facto de devido à Pandemia não termos faturado 2 meses e meio de mensalidades o que se traduz num prejuízo anual superior a € 40.000,00.

Handwritten signature and initials

A tudo isto também acresce os gastos com produtos de higienização, desinfeção e proteção individual.

Foi esta realidade que apanhou todo o mundo de surpresa e desprevenido de medidas eficazes que pecaram por tardias e inexpressivas face à dimensão da situação e no nosso caso a escassez de apoios que foram claramente insuficientes face à dimensão socioeconómica da situação que enfrentámos.

Mas, como é óbvio, houve situações de gestão que, não deveríamos ter tomado e por certo, não teríamos tomado se fosse espectável o que veio a acontecer e com a dimensão que teve, como foi o caso de algumas decisões na área de gestão de pessoal.

No entanto, esta Direção logo que tomou posse e tendo noção da preocupante situação socioeconómica com que se viria a deparar face ao que foi constatando e a fim de tomar medidas tendentes a fazer face à situação, deliberou nas primeiras reuniões deste mandato avançar para a reestruturação possível no sentido de potencializar recursos e tornar mais eficaz e eficientes as diversas áreas do C.A.S.T. solicitando, para o efeito, aos responsáveis dessas áreas os seus contributos quer na área dos recursos humanos quer na área de organização dos serviços, quer do C.A.S.T. (Organigrama).

Foi isso a que nos propusemos e que iremos levar a cabo sem por em causa o fundamental, ou seja, a qualidade dos serviços a prestar aos nossos seniores e às nossas crianças e salvaguardando sempre os direitos dos nossos trabalhadores.

III – Investimentos

Teve-se em conta o Plano de Atividades, avaliando cada investimento face ao contexto existente resultante da situação económico-financeira e decidindo caso a caso.

Efetuaram-se alguns investimentos sendo os de maior relevância os seguintes:

- 1 Máquina de lavar roupa;
- Iluminação do refeitório;
- 1 Rebarbadora;
- 1 Parafusadora;
- 2 Televisores;
- 20 Termos para SAD;

- Novo espaço de arrumos;
- Vitrina de servir refeições;
- Mudança de instalações AAF;
- Proteção da zona detergentes;
- Sios LIFE;
- Computadores;
- Relógio de ponto facial com proximidade;
- Software Ankira;
- Bancada Inox Lavandaria;
- 1 Cadeirão utentes;
- Tablet.

IV – Contas

Respeitante ao exercício de 2020, apuraram-se os seguintes valores:

Os rendimentos totalizaram 2.021.907,74€, que corresponde a um aumento de 94.982,59€ em relação a 2019;

Os gastos totalizaram 2.361.528,65€, que corresponde a um aumento de 304.673,10€ em relação a 2019;


Assim, apurou-se um resultado líquido negativo de 339.620,91€, que a Direção propõe que seja transferida para a conta Resultados Transitados.

V – Considerações Finais

A Direção realça reconhecidamente o desempenho dos colaboradores, parceiros e voluntários, sem os quais não seria possível ultrapassar e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos nossos utentes/clientes durante o ano de 2020. Continuaremos a contar com todos para a melhoria contínua dos serviços prestados.

A Direção assinala a colaboração prestada pelas Entidades Oficiais.

Tomar, 19 de maio de 2021



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

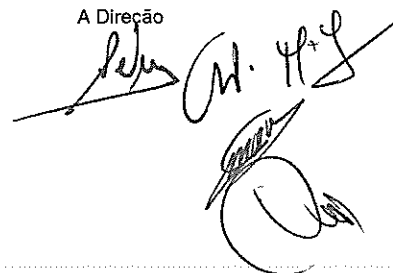
Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2020	31-12-2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	2.573.106,45	2.745.295,10
Ativos intangíveis	6	1.578,20	
Investimentos financeiros		15.772,00	11.907,39
		2.590.456,65	2.757.202,49
Ativo corrente			
Inventários	8	29.558,16	31.850,80
Créditos a receber	12	53.198,16	101.849,60
Estado e outros entes públicos	12	1.884,52	26.833,03
Diferimentos	12	22.616,38	15.932,71
Outros ativos correntes	12	417.711,74	420.792,22
Caixa e depósitos bancários	4	610.241,70	891.938,32
		1.135.210,66	1.489.196,68
Total do ativo		3.725.667,31	4.246.399,17
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13	1.271.934,64	1.271.934,64
Resultados transitados	13	1.324.957,19	1.539.706,73
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	13	874.509,66	905.002,08
		3.471.401,49	3.716.643,45
Resultado líquido do período	13	-339.620,91	-129.930,40
Total dos fundos patrimoniais		3.131.780,58	3.586.713,05
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	12	57.642,17	46.512,76
Estado e outros entes públicos	12	44.167,05	27.376,19
Diferimentos	12	256.462,05	364.979,65
Outros passivos correntes	12	235.615,46	220.817,52
		593.886,73	659.686,12
Total do passivo		593.886,73	659.686,12
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.725.667,31	4.246.399,17

Contabilista Certificado n.º 90318



A Direção





DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 de dezembro de 2020

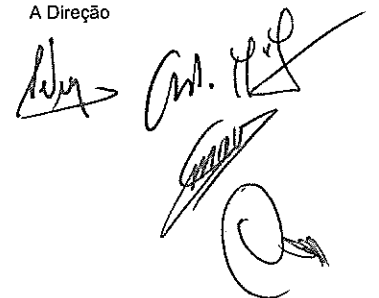
Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	9	812.914,19	921.939,99
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1.131.087,95	934.495,62
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-296.958,97	-247.602,83
Fornecimentos e serviços externos	17	-372.047,11	-320.688,01
Gastos com o pessoal	15	-1.567.819,31	-1.384.117,27
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	12	-5.516,42	0,00
Outros rendimentos	17	76.885,24	67.126,00
Outros gastos e perdas	17	-31.312,09	-1.344,72
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-252.766,52	-30.191,22
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	17	-87.899,00	-103.102,72
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-340.665,52	-133.293,94
Juros e rendimentos similares obtidos	17	1.044,61	3.363,54
Resultado antes de impostos		-339.620,91	-129.930,40
Resultado líquido do período		-339.620,91	-129.930,40

Contabilista Certificado n.º 90318



A Direção





DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 de dezembro de 2020

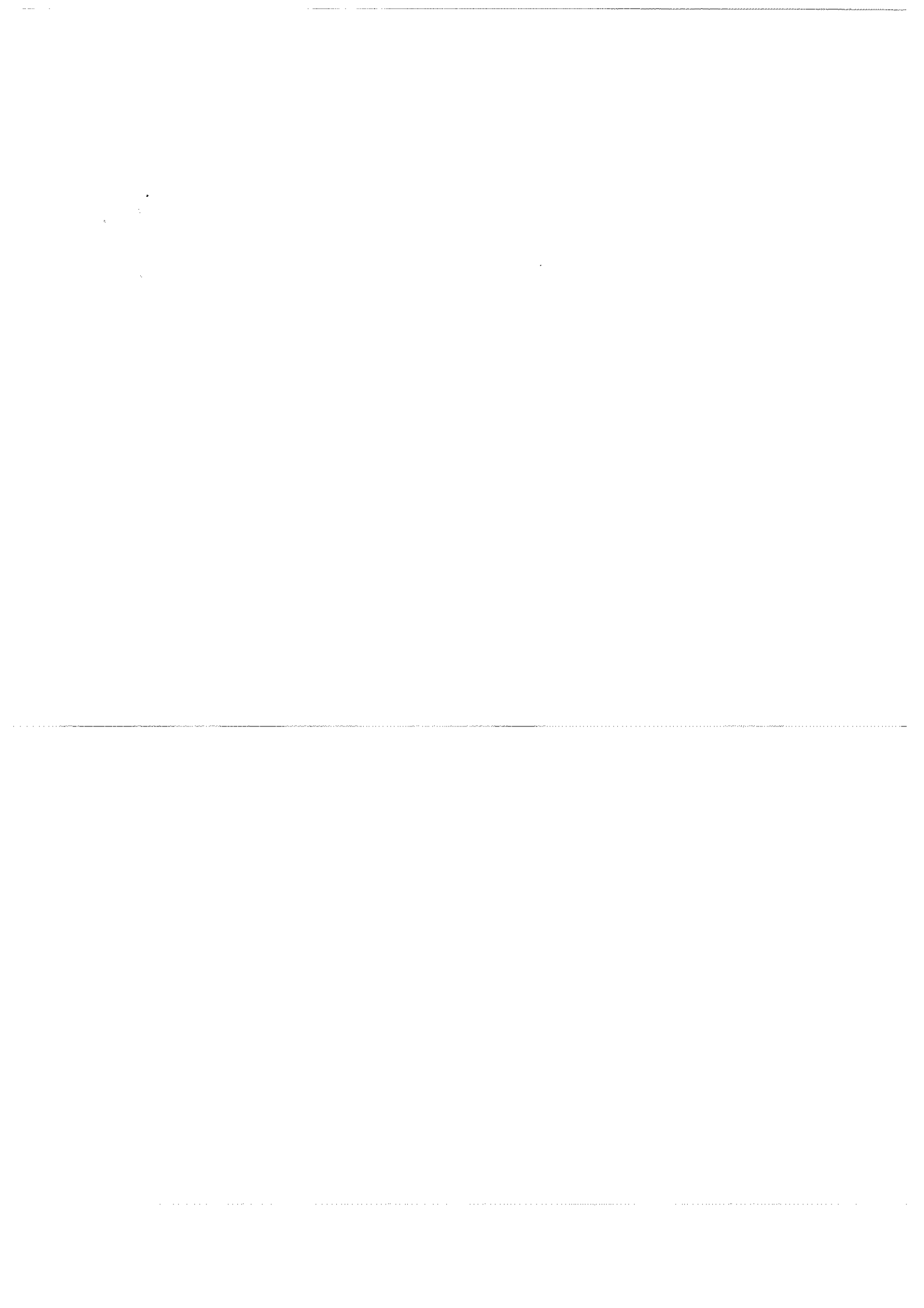
FUNÇÕES	NOTAS	Liquidação	SAC	Centro de Dia	Centro Convívio	Câmbio Social	Creche	Creche Familiar	Jardim de Infância	CLDS	PERÍODOS	
											2020	2019
Vendas e serviços prestados	9	554.880,45	110.831,60	32.073,27	0,00	0,00	30.237,97	34.428,58	50.427,07	0,00	812.889,94	921.938,89
Custo das vendas e dos serviços prestados	8,15	-855.604,49	-278.635,64	-72.305,54	-7.352,66	-12.276,10	-187.028,38	-94.661,20	-288.971,12	-57.853,15	-1.664.778,28	-1.631.720,10
Resultado bruto		-300.724,04	-167.804,04	-40.232,27	-7.352,66	-12.276,10	-166.790,41	-60.232,62	-238.544,05	-57.853,15	-1.051.888,34	-709.781,11
Outros rendimentos	10,17	391.466,94	214.160,20	15.684,31	7.161,05	10.829,34	115.422,35	137.723,85	176.345,33	140.194,83	1.209.017,80	1.004.885,16
Gastos administrativos	12,17	-211.912,81	-33.042,46	-10.599,98	-1.538,15	-1.482,14	-24.603,59	-117.265,58	-44.502,18	-20.515,64	-465.462,53	-423.780,73
Outros gastos	17	-6.281,41	-384,66	-53,10	0,00	0,00	-538,14	-13.617,60	-10.392,63	0,00	-31.287,84	-1.344,72
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-127.481,32	12.919,04	-35.221,04	-1.709,76	-2.928,90	-76.609,79	-53.421,16	-117.093,83	61.825,84	-339.020,91	-129.930,40
Resultado antes de impostos		-127.481,32	12.919,04	-35.221,04	-1.709,76	-2.928,90	-76.609,79	-53.421,15	-117.093,83	61.825,84	-339.020,91	-129.930,40
Resultado líquido do período		-127.481,32	12.919,04	-35.221,04	-1.709,76	-2.928,90	-76.609,79	-53.421,15	-117.093,83	61.825,84	-339.020,91	-129.930,40



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2020

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transferidos	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	1.271.934,64	1.539.706,73	905.002,08	-129.930,40	3.586.713,05
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			-214.749,54	-30.492,42	129.930,40	-115.311,56
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8		-214.749,54	-30.492,42	129.930,40	-115.311,56
	10					
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6+7+8+10	1.271.934,64	1.324.957,19	874.509,66	-339.620,91	3.131.780,58



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2019

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1	1.271.934,64	1.666.754,21	940.639,20	-127.005,87	3.752.322,18
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			-127.047,48	-35.637,12	127.005,87	-35.678,73
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2		-127.047,48	-35.637,12	127.005,87	-35.678,73
RESULTADO INTEGRAL	3				-129.930,40	-129.930,40
	4=2+3				-2.924,53	-165.609,13
	5					
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	6=1+2+3+5	1.271.934,64	1.539.706,73	905.002,08	-129.930,40	3.586.713,05



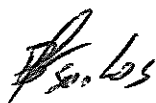
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 de dezembro de 2020

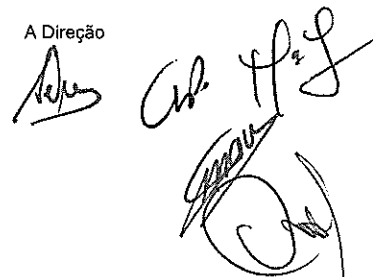
Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		797.231,06	913.470,06
Pagamentos a fornecedores		729.024,69	668.788,36
Pagamentos a pessoal		997.732,62	880.655,29
Caixa gerada pelas operações		-929.526,25	-635.973,59
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		674.490,17	505.617,10
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-255.036,08	-130.356,49
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		22.126,90	100.381,83
Ativos intangíveis		1.713,64	
Investimentos financeiros		3.991,71	3.241,96
Outros ativos		500.000,00	200.000,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			1.200,00
Investimentos financeiros		127,10	
Outros ativos		700.000,00	450.000,00
Juros e rendimentos similares		1.044,61	3.363,54
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		173.339,46	150.939,75
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			519,10
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	-519,10
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-81.696,62	20.064,16
Caixa e seus equivalentes no início do período		191.938,32	171.874,16
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	110.241,70	191.938,32

Contabilista Certificado n.º 90318



A Direção





RUBRÍCAS	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR VALENCIAS										Mozais em Euro	
	Las. Iribeset	SAB	Centro de Dia	Centro Convívio	Carreira Social	Creche	Creche Familiar	Jardim de Infância	OLDS	2020	2019	
Vendas e serviços prestados	554.800,46	110.831,00	32.073,27	0,00	0,00	30.237,07	34.429,58	50.427,07	0,00	812.889,04	921.839,99	
Subsídios, doações e legados à exploração	315.832,60	212.194,09	15.054,86	7.127,93	10.318,54	115.315,21	138.257,76	178.999,18	140.180,48	1.131.987,95	934.485,82	
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Trabalhos para a própria empresa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-150.747,01	-40.437,50	-13.575,03	-848,81	-6.136,55	-24.538,35	-18.934,70	-39.741,82	0,00	-296.658,97	-247.602,93	
Fornecimento e serviços externos	-140.820,68	-30.042,62	-13.409,71	-1.508,74	-1.462,53	-16.704,71	-115.375,60	-36.106,88	-20.515,04	-372.047,11	-320.889,01	
Gastos com o pessoal	-704.918,98	-232.198,14	-61.729,91	-0.503,85	-7.139,55	-172.492,03	-75.759,50	-249.229,30	-57.853,15	-1.507.816,31	-1.384.117,27	
Ajustamentos do inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-571,71	-892,32	-3.852,39	0,00	-5.516,42	0,00	
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros rendimentos	75.498,52	1.819,88	598,91	53,12	598,90	-40,55	-893,80	-802,77	8,15	78.885,24	67.128,00	
Outros gastos	-8.291,41	-394,06	-53,10	0,00	0,00	-538,14	-13.817,60	-10.392,93	0,00	-31.287,84	-1.344,72	
Resultado antes de depreciações, gestões financeiras e impostos	-56.854,81	15.772,63	-35.041,21	-1.690,35	-2.909,29	-68.339,31	-52.880,18	-112.899,84	61.825,84	-252.766,52	-30.191,22	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-70.962,13	-2.999,84	-190,27	-29,41	-18,81	-8.327,17	-887,00	-4.442,91		-87.890,00	-103.102,72	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-127.816,94	12.772,79	-35.231,48	-1.709,76	-2.928,90	-76.666,48	-53.577,84	-117.302,75	61.825,84	-340.655,52	-133.293,94	
Juros e rendimentos similares obtidos	395,02	146,25	10,44	0,00	0,00	158,66	156,09	208,92	0,00	1.044,61	3.393,54	
Resultado antes de impostos	-127.481,32	12.919,04	-35.221,04	-1.709,76	-2.928,90	-76.509,79	-53.421,15	-117.093,83	61.825,84	-339.620,91	-129.930,40	
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado líquido do período	-127.481,32	12.919,04	-35.221,04	-1.709,76	-2.928,90	-76.509,79	-53.421,15	-117.093,83	61.825,84	-339.620,91	-129.930,40	





1 – Caraterização da entidade

1.1 – Designação da entidade: CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TOMAR

1.2 – Sede: Carrascal, Alvito, 2300-331 Tomar.

1.3 – Natureza da atividade: Instituição Particular de Solidariedade Social.

1.4 – Número médio de empregados: 101 (cento e um)

2 – Referencial contabilístico

2.1 – Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

O referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras utilizado é a normalização contabilística para entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pela Portaria n.º 105/2011, de 14 de março que foi alterado com a publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe a Diretiva 2013/34/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade:

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC na elaboração das demonstrações financeiras.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior:

As contas do balanço e demonstração de resultados do exercício de 2020 são comparáveis com as do período homólogo (2019).

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:



3.1.1 – Ativos fixos tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de itens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubricas	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 – 20
Equipamento básico	4 – 8
Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento administrativo	1 – 8
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 5

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente sendo definida a vida útil de cada item. As despesas com reparação e manutenção, desde que não contribuam para o aumento da vida útil dos mesmos, são consideradas gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.1.2 – Ativos intangíveis:

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam por ela controláveis e se possa mensurar com fiabilidade o seu valor. São amortizáveis a partir do momento em que se encontrem em uso pela aplicação do método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

3.1.3 – Inventários:



As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior àquele. Utiliza-se o custo médio ou o FIFO como fórmula de custeio. É reconhecida uma perda por imparidade em inventários nos casos em que o valor destes itens seja inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período em que o rédito é reconhecido, sendo registados na demonstração dos resultados do período.

3.1.3 – Locações:

A classificação das locações (financeiras ou operacionais) é feita de acordo com a substância e conteúdo dos contratos e não de acordo com a forma dos mesmos. Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, sendo a correspondente responsabilidade registada como passivo, na rubrica de "financiamentos obtidos". Os juros incluídos nos pagamentos mínimos e a depreciação/amortização do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

3.1.4 – Custos dos empréstimos obtidos:

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal da operação, e os gastos associados são reconhecidos de imediato na demonstração dos resultados. Os gastos de financiamento (juros e outros) incorridos no período são registados como gastos na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo. Os empréstimos são classificados no balanço como passivos (correntes/não correntes).

3.1.6 – Instrumentos financeiros

3.1.6.1 – Dívidas de terceiros:

As dívidas de terceiros não têm implícitos juros e são apresentadas no balanço pelo seu valor nominal deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas nas rubricas "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a refletir a sua quantia recuperável. As perdas por imparidade são registadas quando ocorram acontecimentos que indiquem, de forma objetiva e quantificável, que parte ou mesmo a totalidade do saldo em dívida não será recuperável (recebido). O desconhecimento das dívidas de utentes ocorre apenas quando os direitos contratuais aos recebimentos resultantes do ativo financeiro se realizam, expiram ou são transferidos para outra entidade.





3.1.6.2 – Dívidas a terceiros:

As dívidas a terceiros (fornecedores outros) são registadas ao custo e apresentadas no passivo corrente. O seu desreconhecimento verifica-se quando ocorre a liquidação, cancelamento ou expiração dessas dívidas (cessação das obrigações decorrentes dos contratos).

3.1.6.3 – Caixa e depósitos bancários:

Os valores incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" traduzem-se nos montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários, que não tenham quaisquer restrições de movimentação, sendo reconhecidos no ativo corrente.

3.1.6.4 – Empréstimos:

Os empréstimos são registados no passivo corrente/não corrente pelo valor nominal da operação. O desreconhecimento dos empréstimos só se verifica quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos de financiamento, designadamente quando ocorre a liquidação, cancelamento ou expiração do empréstimo.

3.1.7 – Provisões:

A entidade analisa de forma periódica possíveis obrigações legais ou construtivas que resultem de eventos passados, e em virtude das quais seja provável que ocorra um exfluxo de recursos da entidade tendo em vista a resolução dessa obrigação. Após a referida análise, verifica-se se há, ou não lugar ao reconhecimento de qualquer provisão.


3.1.8 – Regime do acréscimo:

De acordo com o regime do acréscimo, os gastos e rendimentos são registados no período ao qual dizem respeito, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

3.1.9 – Rédito:

O rédito relativo a vendas e prestação de serviços compreende o justo valor (fixado livremente entre as partes, numa base de independência) da contraprestação recebida ou a receber decorrentes da atividade normal da entidade. O rédito é reconhecido líquido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A entidade reconhece o rédito da venda de bens quando este possa ser fiavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos



futuros, os riscos e vantagens significativos da propriedade do bem são transferidos para o comprador e não seja mantido um envolvimento continuado da gestão com grau associado de posse ou controlo efetivo dos bens vendidos. No caso da prestação de serviços, o reconhecimento do rédito encontra-se associado ao grau de acabamento do serviço.

3.1.10 – Subsídios do Governo:

Os subsídios do governo apenas são reconhecidos quando existem garantias de que a entidade cumprirá as condições estipuladas para a sua concessão e que os mesmos irão ser recibos. No caso dos subsídios relacionados com rendimentos, são reconhecidos na rubrica “Subsídios à exploração” do período a que se referem, independentemente da data do seu recebimento.

Já os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables e ou ativos intangíveis com vida útil finita são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica “Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais”, sendo subseqüentemente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional nos períodos contabilísticos considerados necessários para balanceá-los com os gastos com eles relacionados. Os subsídios relacionados com ativos tangíveis não depreciables e ativos intangíveis com vida útil indefinida são mantidos no capital próprio, e o seu tratamento fiscal decorre da aplicação do disposto no artigo 22.º do CIRC.

3.1.11 - Os efeitos de alterações em taxas de câmbio:

As transações em moeda estrangeira encontram-se contabilizadas em euros, sendo convertidas pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação. As diferenças de câmbio favoráveis e desfavoráveis são registadas na demonstração dos resultados.

3.1.12 - Imposto sobre o rendimento:

As entidades do setor não lucrativo são consideradas sujeitos passivos do IRC, conforme o previsto no artigo 2.º do CIRC.

No que se refere às pessoas coletivas de utilidade pública e de solidariedade social, em matéria de IRC, este tipo de entidades usufruem da isenção definitiva de IRC prevista no artigo 10.º do CIRC. Ainda nos termos previstos no artigo 54.º do CIRC, consideram-se rendimentos não sujeitos a IRC as quotas pagas pelos associados, em conformidade com os estatutos, bem como os subsídios destinados a financiar a realização dos fins estatutários. Por sua



vez, consideram-se rendimentos isentos os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito destinados à direta e imediata realização dos fins estatutários.

Em qualquer dos casos as isenções não abrangem os rendimentos derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, em que o IRC nestes casos incide sobre o seu rendimento global, corresponde à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de IRS e, bem assim, dos incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito [alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do CIRC].

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Fiscal durante um período de quatro anos, ou seja, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão. Existem algumas exceções, designadamente quando tenham existido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nesses casos, os prazos podem ser alargados ou suspensos.

3.1.13 - Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem diversas rubricas, como sejam, salários, ordenados, retribuições por trabalho extraordinário, subsídios de alimentação, isenção de horário de trabalho, etc. São ainda acrescidos os encargos com as contribuições para a segurança social, bem como seguros de acidentes de trabalho.

3.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes:

Não aplicável.

3.3 - Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o Órgão de Gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Não aplicável.

3.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte:

A preparação de Demonstrações Financeiras exige que a Direção efetue estimativas e julgamentos que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data da Posição financeira. Para o efeito, a Direção da entidade baseia-se:



a) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e, em alguns casos, em relatos de peritos independentes, e

a) nas ações que a Instituição considera poder vir a desenvolver no futuro.

Na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

3.5 - Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte:

Não existem estimativas ou pressupostos assumidos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos, no exercício seguinte.

3.6 – Correção de erros de períodos anteriores, indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período:

Não aplicável.

4 - Fluxos de caixa

4.1 - Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não aplicável.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

SNC	Descrição	Saldo inicial	Débito	Crédito	Saldo final
11	Caixa	4.638,17 €	362.998,75 €	365.918,39 €	1.718,53 €
12	Depósitos à ordem	187.300,15 €	3.963.491,54 €	4.042.268,52 €	108.523,17 €
13	Depósitos a prazo	700.000,00 €	500.000,00 €	700.000,00 €	500.000,00 €
	Total	891.938,32 €	4.826.490,29 €	5.108.186,91 €	610.241,70 €

5 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1 - Aplicação inicial da disposição de uma NCRF com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros:

Não aplicável.



Handwritten signatures and initials:
 C.A.
 H. J.
 C.

5.2 - Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros:

Não aplicável.

5.3 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos:

Não aplicável.

5.4 - Erros materiais de períodos anteriores:

Não aplicável.

6 - Ativos intangíveis

6.1 - Divulgar se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas:

Os ativos intangíveis detidos a 31 de dezembro de 2020, dizem respeito a programas de computador, com vida útil definida que pode variar entre:

Ativos intangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Programas de computador	3 - 6	16,67% - 33,33%

6.2 - Quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada no começo e fim do período:

Ativos intangíveis	31-12-2020	31-12-2019
Ativo bruto		
Saldo inicial	18.589,60 €	18.589,60 €
Aumentos	1.713,64 €	0,00 €
Alienações e abates	0,00 €	0,00 €
Outras operações	-87,84 €	0,00 €
Saldo final	20.215,40 €	18.589,60 €
Depreciações		
Saldo inicial	18.589,60 €	18.589,60 €
Reforço	47,60 €	0,00 €
Regularizações	0,00 €	0,00 €
Saldo final	18.637,20 €	18.589,60 €
Total líquido	1.578,20 €	0,00 €

6.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as alienações, os abates e as amortizações:

Handwritten signature:
 J. S. S.



31 de dezembro de 2020						
	Saldo em 01-01-2020	Aquisições	Alienações	Abates	Outras operações	Saldo em 31-12-2020
Custo						
Programas de computador	18.589,60	1.713,64	0,00	0,00	-87,84	20.215,40
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	18.589,60	1.713,64	0,00	0,00	-87,84	20.215,40
Depreciações acumuladas						
Programas de computador	18.589,60 €	47,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	18.637,20 €
Outros ativos intangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	18.589,60 €	47,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	18.637,20 €
Total	0,00 €					1.578,20 €

31 de dezembro de 2019						
	Saldo em 01-01-2019	Aquisições	Alienações	Abates	Outras operações	Saldo em 31-12-2019
Custo						
Programas de computador	18.589,60	0,00	0,00	0,00	0,00	18.589,60
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	18.589,60	0,00	0,00	0,00	0,00	18.589,60
Depreciações acumuladas						
Programas de computador	18.589,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	18.589,60 €
Outros ativos intangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	18.589,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	18.589,60 €
Total	0,00 €					0,00 €

6.4 - Para um ativo intangível avaliado como tendo uma vida útil indefinida, a quantia escriturada desse ativo e as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida:

Não aplicável.

6.5 - Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis:

Não aplicável.

6.6 - Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período (incluindo todos os gastos por natureza que foram, face ao seu destino, classificados como gastos de pesquisa e desenvolvimento, bem como os gastos de desenvolvimento que foram capitalizados):

Não aplicável.



6.7 - Incentivos públicos relacionados com a proteção ambiental, recebidos ou atribuídos à entidade, com especificação das respetivas condições:

Não aplicável.

6.8 - Dispêndios de carácter ambiental capitalizados ou imputados a resultados durante o período:

Não aplicável.

7 - Ativos fixos tangíveis

7.1 - Vidas uteis ou as taxas de depreciação usadas:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	10 - 20	5% - 10%
Equipamento básico	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento de transporte	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	1 - 8	12,5% - 100%
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 5	20% - 100%

7.2 - Quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período:

Ativos fixos tangíveis	31-12-2020	31-12-2019
Ativo bruto		
Saldo inicial	5.159.561,88 €	5.059.180,05 €
Aumentos	16.879,02 €	76.912,47 €
Alienações e abates		
Outras operações	-136.289,91 €	
Ativos em curso (aumentos/reduções)	5.247,88 €	23.469,36 €
Saldo final	5.045.398,87 €	5.159.561,88 €
Depreciações		
Saldo inicial	2.414.266,78 €	2.309.964,06 €
Reforço	87.851,40 €	103.102,72 €
Alienações e abates		1.200,00 €
Outras operações	-29.825,76 €	
Saldo final	2.472.292,42 €	2.414.266,78 €
Total liquido	2.573.106,45 €	2.745.295,10 €

7.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as alienações e as depreciações:



31 de dezembro de 2020						
	Saldo em 01-01-2020	Aquisições	Alienações	Abates	Outras operações	Saldo em 31-12-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais	130.241,73	0,00	0,00	0,00	-99.759,58	30.482,15
Edifícios e outras construções	3.392.934,66	0,00	0,00	0,00	-17.312,11	3.375.622,55
Equipamento básico	1.031.580,86	16.879,02	0,00	0,00	-3.220,31	1.045.239,57
Equipamento de transporte	192.299,22	0,00	0,00	0,00	-15.753,14	176.546,08
Equipamento administrativo	51.984,06	0,00	0,00	0,00	0,00	51.984,06
Outros ativos fixos tangíveis	72.232,68	0,00	0,00	0,00	-244,77	71.987,91
Investimentos em curso	288.288,67	5.247,88	0,00	0,00	0,00	293.536,55
	5.159.561,88	22.126,90	0,00	0,00	-136.289,91	5.045.398,87
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1.270.883,70 €	67.208,24 €	0,00 €	0,00 €	-10.059,40 €	1.328.032,54 €
Equipamento básico	885.044,08 €	12.700,18 €	0,00 €	0,00 €	-1.440,13 €	896.304,13 €
Equipamento de transporte	177.071,71 €	2.368,80 €	0,00 €	0,00 €	-18.153,14 €	161.287,37 €
Equipamento administrativo	49.422,18 €	1.272,96 €	0,00 €	0,00 €	21,06 €	50.716,20 €
Outros ativos fixos tangíveis	31.845,11 €	4.301,22 €	0,00 €	0,00 €	-194,15 €	35.952,18 €
	2.414.266,78 €	87.851,40 €	0,00 €	0,00 €	-29.825,76 €	2.472.292,42 €
Total	2.745.295,10 €					2.573.106,45 €

Os aumentos dos ativos fixos tangíveis em 2020 ascenderam a 16.879,02 €, dizendo respeito a equipamentos básico, com destaque para a aquisição de bancadas de inox e máquinas de lavar roupa para o departamento de lavagem e secagem da Instituição, tendo o valor ascendido a 14.752,99 €.

Já o aumento registado na rubrica de investimentos em curso (5.247,88 €) diz respeito à aquisição de projetos e estudos para ampliação da cozinha da instituição.

Durante o período de 2020 ocorreram alguns movimentos de regularização/correção de saldos nas contas de ativos fixos tangíveis em virtude de erros ou incongruências apuradas na contabilidade de períodos anteriores.

Além dos erros/regularizações de saldos acima referidos considerados na coluna de "outras operações" foi também aí considerada a transferência do terreno e edifício da antiga Sede (Largo do Pelourinho) para a conta de ativos não correntes detidos para venda, em consequência da deliberação do Órgão de Gestão em alienar o imóvel conforme plano de venda estabelecido. O valor líquido do terreno juntamente com o edifício ascende a 106.566,99 € considerado na rubrica outro ativos correntes no balanço.



31 de dezembro de 2019

	Saldo em 01-01-2019	Aquisições	Alienações	Abates	Outras operações	Saldo em 31-12-2019
Custo						
Terenos e recursos naturais	130.241,73	0,00	0,00	0,00	0,00	130.241,73
Edifícios e outras construções	3.392.934,66	0,00	0,00	0,00	0,00	3.392.934,66
Equipamento básico	992.925,51	38.655,35	0,00	0,00	0,00	1.031.580,86
Equipamento de transporte	174.549,22	17.750,00	0,00	0,00	0,00	192.299,22
Equipamento administrativo	51.208,41	775,65	0,00	0,00	0,00	51.984,06
Outros ativos fixos tangíveis	52.501,21	19.731,47	0,00	0,00	0,00	72.232,68
Investimentos em curso	264.819,31	23.469,36	0,00	0,00	0,00	288.288,67
	5.059.180,05	100.381,83	0,00	0,00	0,00	5.159.561,88
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1.201.361,30 €	69.522,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.270.883,70 €
Equipamento básico	862.277,93 €	22.766,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	885.044,08 €
Equipamento de transporte	174.549,22 €	1.322,49 €	-1.200,00 €	0,00 €	0,00 €	177.071,71 €
Equipamento administrativo	47.751,71 €	1.670,47 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	49.422,18 €
Outros ativos fixos tangíveis	24.023,90 €	7.821,21 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	31.845,11 €
	2.309.964,06 €	103.102,72 €	-1.200,00 €	0,00 €	0,00 €	2.414.266,78 €
Total	2.749.215,99 €					2.745.295,10 €

7.4 - Restrições de titularidade e ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos:

Não aplicável.

7.5 - Compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis:

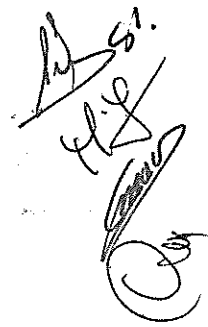
Não aplicável.

8 - Inventários

8.1 - Indicação do sistema de inventário e forma de custeio utilizados:

Sistema de inventário	Forma de custeio
Permanente	Custo médio ponderado

8.2 - A quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período:



	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	31.850,60	0,00	31.850,60	31.112,05	0,00	31.112,05
Regularizações	-47.910,01	0,00	-47.910,01	0,00	0,00	0,00
Compras	342.576,54	0,00	342.576,54	248.341,58	0,00	248.341,58
Custo das vendas e matérias consumidas	296.958,97	0,00	296.958,97	247.602,83	0,00	247.602,83
Saldo final em 31 de dezembro	29.558,16 €	0,00 €	29.558,16 €	31.850,60 €	0,00 €	31.850,60 €

8.3 - A quantia de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período:

Não aplicável.

8.4 - A quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos e contingências:

Não aplicável.

9 - Rédito

9.1 - Métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços:

Foram reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data de balanço, encontrando-se os trabalhos totalmente concluídos (mão-de-obra aplicada e material utilizado).

9.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de: i) Venda de bens; ii) Prestação de serviços; iii) Juros; iv) *Royalties*; e v) Dividendos:

Réditos	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total
Vendas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Prestação de serviços	812.914,19 €	0,00 €	812.914,19 €	921.939,99 €	0,00 €	921.939,99 €
Total	812.914,19 €	0,00 €	812.914,19 €	921.939,99 €	0,00 €	921.939,99 €

Em 2020, registou-se uma diminuição de 109.025,80 € no em termos dos serviços realizados comparativamente com o período homólogo (2019). A diminuição percentual de 11,83% registada no volume de negócios foi sobretudo motivada pelas fases de confinamento em virtude da pandemia



Covid-19 que obrigou ao encerramento das valências da área infantil tendo como consequência uma quebra significativa nas mensalidades afetas.

10 - Subsídios do Governo e outros apoios das entidades públicas

10.1 - Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Subsídios	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Investimento	Exploração	Total	Investimento	Exploração	Total
PIDDAC e QREN	30.492,42 €	0,00 €	30.492,42 €	35.637,12 €	0,00 €	35.637,12 €
Segurança Social	0,00 €	968.520,81 €	968.520,81 €	0,00 €	881.716,35 €	881.716,35 €
IEFP (ativar e outros estágios)	0,00 €	11.546,18 €	11.546,18 €	0,00 €	2.812,97 €	2.812,97 €
CLDS	0,00 €	140.186,48 €	140.186,48 €	0,00 €	46.852,15 €	46.852,15 €
Total	30.492,42 €	1.120.253,47 €	1.150.745,89 €	35.637,12 €	931.381,47 €	967.018,59 €

Os subsídios ao investimento registados inicialmente na rubrica de ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais afeta resultados do período (conta 78) em função da taxa de depreciação que está associada ao investimento subsidiado, no caso em concreto estamos a falar dos painéis solares e construção do Lar de S. José.

Já os subsídios classificados como de exploração servem para compensar gastos incorridos, destacando-se a comparticipação atribuída pelo Centro Distrital de Segurança Social, que em 2020 registou um crescimento de 9,84%, tendo contribuído para esse crescimento os subsídios atribuídos no âmbito do combate à pandemia Covid-19 (programa adaptar social).

Os subsídios à exploração encontram-se registados na conta 75, que inclui também os valores recebidos por conta de donativos em numerário atribuídos por terceiros à IPSS e por fim os valores de consignação de IRS/IVA do período anterior, tendo o somatório dos donativos e valores de IRS/IVA ascendido em 2020 a 10.834,48 €.

10.2 - Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao subsídio do Governo:

A instituição cumpriu todos os requisitos que são impostos para atribuição dos diferentes tipos de subsídios.

10.3 - Quantia de qualquer reembolso de subsídio que tenha sido reconhecido como um gasto:

Não aplicável.



11 - Impostos sobre o rendimento

11.1 - Gasto (rendimento) por impostos sobre o rendimento:

As entidades do setor não lucrativo são consideradas sujeitos passivos do IRC, conforme o previsto no artigo 2.º do CIRC.

Já as pessoas coletivas de utilidade pública e de solidariedade social, em matéria de IRC, este tipo de entidades usufruem da isenção definitiva de IRC prevista no artigo 10.º do CIRC. Neste sentido o CAST enquanto IPSS, está isento de IRC.

De acordo com o previsto no artigo 54.º do CIRC, consideram-se rendimentos não sujeitos a IRC as quotas pagas pelos associados, em conformidade com os estatutos, bem como os subsídios destinados a financiar a realização dos fins estatutários.

Por sua vez, consideram-se rendimentos isentos os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito destinados à direta e imediata realização dos fins estatutários, pelo que o valor dos donativos recebidos em 2020 (7.975,86 €), registados na conta 75, foram apenas mencionados no anexo D da declaração Modelo 22 enquanto rendimentos isentos, o mesmo acontecendo ao valor dos juros de depósitos a prazo obtidos durante o exercício (1.044,61 €), ainda que os juros sejam considerados rendimentos sujeitos a imposto, dado que o valor que ficou abaixo do limiar de 7.500,00 €, conforme o disposto no artigo 54.º do EBF, considera-se isento de tributação).

11.2 - Quaisquer ajustamentos reconhecidos no período de impostos sobre o rendimento de períodos anteriores:

Não aplicável.

12 - Instrumentos financeiros

12.1 - A quantia escriturada de ativos financeiros que tenham sido dados em garantia, penhor ou promessa de penhor:

Não aplicável.

12.2 - Os termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor:

Garantias financeiras exceto derivados de crédito – 90.000,00 € (Garval).

12.3 - Para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço, divulgar as situações de incumprimento:



Não aplicável.

12.4 - Por cada natureza de ativos/passivos financeiros em imparidade, divulgar: a) A quantia da imparidade acumulada no começo e no fim do período; b) As perdas por imparidade reconhecidas no período; c) Quantias de quaisquer reversões de perdas por imparidade durante o período:

	31-12-2020	31-12-2019
Clientes e utentes	105.127,54 €	101.849,60 €
Clientes e utentes - Títulos a receber	0,00 €	0,00 €
Clientese utentes de cobrança duvidosa	0,00 €	0,00 €
Perdas por imparidade acumuladas	-51.929,38 €	0,00 €
Total	53.198,16 €	101.849,60 €

Perdas por imparidade	31-12-2020	31-12-2019
Saldo a 1 de janeiro	0,00 €	0,00 €
Aumento	5.516,42 €	0,00 €
Reversão	0,00 €	0,00 €
Regularizações	0,00 €	0,00 €
Total	5.516,42 €	0,00 €

O valor da rúbrica de créditos a receber, que inclui as dívidas de clientes e utentes foi durante o exercício de 2020 ajustado no valor total de 51.929,38 €, relativo às dívidas cuja cobrança se tem demonstrado de duvidosa.

Considerando que existiam dívidas cuja imparidade já deveria ter sido reconhecida em períodos anteriores, e por forma assegurar princípio da comparabilidade e da especialização da informação financeira, tais dívidas (46.412,96 €) foram contabilizadas em resultados transitados. Já as dívidas com risco de incobabilidade recente afetaram os resultados por exercício (5.516,42 €), registados na conta de gastos (65).

12.5 - Por cada natureza de ativos/passivos financeiros, divulgar as quantias reconhecidas como gastos no período por se tornarem irrecuperáveis:

Não aplicável.

12.6 - Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e depósitos bancários" apresentava a 31 de dezembro de 2020 o seguinte detalhe:



Caixa e depósitos bancários	31-12-2020	31-12-2019
Ativo		
Caixa	1.718,53 €	4.638,17 €
Depósitos à ordem	108.523,17 €	187.300,15 €
Depositos a prazo	500.000,00 €	700.000,00 €
Total	610.241,70 €	891.938,32 €
Passivo		
Descobertos bancários	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €
Total	0,00 €	0,00 €

12.7 – Créditos a receber

A rubrica de “Utentes” apresentava a 31 de dezembro de 2020 o seguinte detalhe:

Clientes	31-12-2020	31-12-2019
Ativo		
Clientes e utentes gerais	53.198,16 €	101.849,60 €
Clientes e utentes titulos a receber	0,00 €	0,00 €
Clientes e utentes de cobrança duvidosa	51.929,38 €	0,00 €
Perdas por imparidade	-51.929,38 €	0,00 €
Total	53.198,16 €	101.849,60 €
Passivo		
Clientes e utentes gerais	0,00 €	3.095,46 €
Adiantamento de clientes e utentes	0,00 €	0,00 €
Total	0,00 €	3.095,46 €

12.8 - Fornecedores

A rubrica de “Fornecedores” apresentava a 31 de dezembro de 2020 o seguinte detalhe:

Fornecedores	31-12-2020	31-12-2019
Ativo		
Fornecedores gerais	1.008,62 €	5.737,82 €
Adiantamento de fornecedores	0,00 €	0,00 €
Perdas por imparidade	0,00 €	0,00 €
Total	1.008,62 €	5.737,82 €
Passivo		
Fornecedores gerais	57.642,17 €	46.512,76 €
Fornecedores titulos a pagar	0,00 €	0,00 €
Total	57.642,17 €	46.512,76 €

12.09 - Estado e outros entes públicos

A rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a 31 de dezembro de 2020 o seguinte detalhe:



Estado e outros entes públicos	31-12-2020		31-12-2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Retenções na fonte IRC	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imposto estimado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Retenções de IRS por conta de terceiros	0,00 €	6.957,86 €	0,00 €	6.197,97 €
IVA a pagar	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
IVA reporte	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
IVA reembolsos	1.884,52 €	0,00 €	26.833,03 €	0,00 €
Contribuições para a segurança social	0,00 €	37.209,19 €	0,00 €	21.097,95 €
Imposto municipal sobre imóveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros impostos/tributações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	80,27 €
Total	1.884,52 €	44.167,05 €	26.833,03 €	27.376,19 €

12.10 - Diferimentos

As rubricas de “Diferimentos” apresentava a 31 de dezembro de 2020 o seguinte detalhe:

Diferimentos	31-12-2020		31-12-2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Juros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	27,94 €
Seguros	13.601,96 €	0,00 €	8.334,37 €	0,00 €
Mensalidades	0,00 €	11.034,97 €	0,00 €	6.941,11 €
Subsídios à exploração (IEFP + CLDS)	0,00 €	245.427,08 €	0,00 €	358.010,60 €
Outros	9.014,42 €	0,00 €	7.598,34 €	0,00 €
Total	22.616,38 €	256.462,05 €	15.932,71 €	364.979,65 €

12.11 - Outros ativos e passivos correntes

As rubricas de “Outros ativos e passivos correntes” apresentava a 31 de dezembro de 2020 o seguinte detalhe:

Outros ativos e passivos correntes	31-12-2020	31-12-2019
Outros ativos correntes		
Pessoal (adiantamento e outras operações)	162,54 €	860,00 €
Acréscimo de rendimentos	2.285,98 €	10.207,84 €
Saldo devedores de fornecedores	1.008,62 €	5.737,82 €
Ativos não correntes detidos para venda	106.566,99 €	0,00 €
Outros	307.687,61 €	403.986,56 €
Total	417.711,74 €	420.792,22 €
Outros passivos correntes		
Pessoal (dívidas)	181,55 €	3.477,31 €
Fornecedores de investimentos	2.258,53 €	8.500,16 €
Acréscimo de gastos	200.203,61 €	175.046,27 €
Saldo credores de clientes	0,00 €	3.095,46 €
Outros	32.971,77 €	30.698,32 €
Total	235.615,46 €	220.817,52 €

Em 2020 a rubrica de outros ativos correntes engloba o valor dos subsídios à exploração (IEFP e CLDS) por receber por parte do CAST (302.085,93 €).



A referida rúbrica incorporava ainda, o valor líquido do imóvel (antiga Sede do C.A.S.T. – Pelourinho) que se encontra desde o início do exercício em situação de liquidação, estando definido um plano de venda que assegura a classificação do valor líquido do imóvel como ativo não corrente detido para venda (conta 46).

13 – Fundos patrimoniais

13.1 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de fundos patrimoniais, constantes do balanço:

Rubricas	31 de dezembro de 2020					Saldo final
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Aplicação	Outros	
Fundos	1.271.934,64 €					1.271.934,64 €
Resultados transferidos	1.539.706,73 €			-129.930,40 €	-84.819,14 €	1.324.957,19 €
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	905.002,08 €		-30.492,42 €			874.509,66 €
Resultado líquido do exercício	-129.930,40 €			129.930,40 €		-339.620,91 €
Total do capital próprio	3.586.713,05 €	0,00 €	-30.492,42 €	0,00 €	-84.819,14 €	3.131.780,58 €

14 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, declara-se que não existiam dívidas em mora ao Estado.

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Direção informa que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

15 – Benefícios dos empregados

15.1 – Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras:



	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas		
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	101,00	181.728,00
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário		
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	101,00	181.728,00
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	101,00	181.728,00
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial	0,00	0,00
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo		
Homens	3,00	5.568,00
Mulheres	98,00	176.160,00
Pessoas ao serviço da empresa, das quais		
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à investigação e desenvolvimento	0,00	0,00
Prestadores de serviços	23,00	7.339,00
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	0,00	0,00

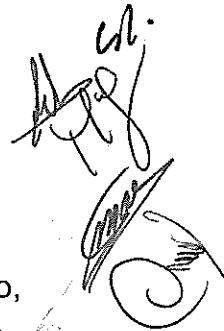
15.2 - Gastos com o pessoal

As rubricas de "Gastos com o pessoal" apresentava a 31 de dezembro de 2020 o seguinte detalhe:

Gastos com o pessoal	31-12-2020	31-12-2019
Remunerações dos órgãos sociais	0,00 €	0,00 €
Das quais: Participação nos lucros	0,00 €	0,00 €
Remunerações do pessoal	1.268.446,09 €	1.141.839,21 €
Das quais: Participação nos lucros	0,00 €	0,00 €
Benefícios pós-emprego	0,00 €	0,00 €
Prémios para pensões	0,00 €	0,00 €
Outros benefícios	0,00 €	0,00 €
Indemnizações	927,52 €	738,92 €
Encargos sobre remunerações	268.838,07 €	230.698,96 €
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	11.857,09 €	7.165,00 €
Gastos de ação social	0,00 €	0,00 €
Outros gastos com pessoal	17.750,54 €	3.675,18 €
Dos quais: Gastos com formação	645,00 €	0,00 €
Dos quais: Gastos com fardamento e material de proteção	3.897,02 €	0,00 €
Total	1.567.819,31 €	1.384.117,27 €

Em 2020 registou-se um crescimento do número de colaboradores passando de 98 em 2019 para 101 em 2020 (valores médios). Este crescimento justifica o aumento de 13,27% dos gastos com pessoal registado 2020 quando comparados com 2019.

A pandemia Covid-19 implicou durante o exercício de 2020 um reforço dos recursos humanos ao serviço da Instituição, no sentido de mitigar os riscos de contágios associados.



15.3 - Compromissos existentes em matéria de pensões:

Não aplicável.

15.4 – Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e quantias reembolsadas, amortizadas ou objeto de renúncia e compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria prestados a membros dos órgãos sociais de administração, de direção ou de supervisão:

Não aplicável.


16 - Acontecimentos após a data do balanço

16.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço:

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela direção e autorizadas para emissão em 30 de abril de 2021.

A Covid-19 foi classificada com o Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de Março de 2020 e alastrou também ao nosso País onde foi declarado o primeiro Estado de Emergência em 18 de Março de 2020, situação mantém-se em 2021. Uma vez que este surto tem impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza para as Instituições do Setor Social, já as implicações no relato financeiro podem também ser muito significativas. No entanto e considerando estas relevantes circunstâncias, na preparação das demonstrações financeiras de 2020, e assumindo o pressuposto da continuidade, a Gestão da Instituição não consegue à data quantificar os impactos que possam ser causados por esta pandemia nas contas.

Não se registou qualquer situação de incumprimento contratual, contratos onerosos ou planos de reestruturação decorrentes dos efeitos pandémicos que possam ter sido causados pela pandemia. Foram igualmente asseguradas e analisadas todas as mensurações possíveis a justo valor; imparidade de ativos, avaliação de perdas esperadas nos créditos, mensuração e reconhecimento de réditos, contabilidade de cobertura e divulgações exigidas sempre que os



efeitos provocados pelo COVID-19 afetaram as demonstrações financeiras da entidade.

Após a data do Balanço não se conhecem outros eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

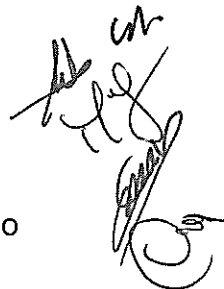
17 - Outras divulgações

17.1 - Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" tem em 31 de dezembro de 2020 o seguinte detalhe:

Fornecimentos e serviços externos	31-12-2020	31-12-2019
Subcontratos	0,00 €	0,00 €
Trabalhos especializados	46.370,94 €	31.427,68 €
Publicidade	1.402,20 €	1.037,32 €
Honorários	142.006,76 €	120.271,73 €
Comissões	20,29 €	73,08 €
Conservação e reparação	30.655,47 €	38.794,21 €
Outros serviços especializados	671,66 €	3.247,79 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	10.717,77 €	14.842,24 €
Livros e documentação técnica	0,00 €	37,22 €
Material de escritório	11.165,69 €	6.921,55 €
Artigos para oferta	3.859,70 €	6.095,60 €
Outros materiais	5.183,06 €	612,73 €
Eletricidade	38.323,73 €	31.571,19 €
Combustíveis	28.580,84 €	9.773,96 €
Água	10.039,27 €	8.129,54 €
Outros energia e fluidos	5.843,36 €	14.628,84 €
Deslocações e estadas	159,60 €	4.549,25 €
Rendas	11.761,09 €	5.216,51 €
Comunicações	8.382,34 €	10.250,18 €
Seguros	6.130,48 €	5.324,56 €
Contencioso e notariado	574,13 €	997,53 €
Despesas de representação	133,22 €	27,10 €
Limpeza, higiene e conforto	8.833,96 €	5.541,91 €
Outros serviços	1.231,55 €	1.316,29 €
Total	372.047,11 €	320.688,01 €

Em 2020 os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um crescimento 16,02% comparativamente com o exercício de 2019, com destaque para o aumento registado nas rubricas de trabalhos especializados, honorários, combustíveis e eletricidade.



17.2 – Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” tem em 31 de dezembro de 2020 o seguinte detalhe:

Outros rendimentos e ganhos	31-12-2020	31-12-2019
Rendimentos suplementares	34.226,23 €	492,26 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.915,78 €	1.367,72 €
Alienações	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos	40.743,23 €	65.266,02 €
Total	76.885,24 €	67.126,00 €

17.3 – Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” tem em 31 de dezembro de 2020 o seguinte detalhe:

Outros gastos e perdas	31-12-2020	31-12-2019
Impostos/taxas	0,00 €	144,66 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	24,91 €	0,00 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00 €	0,00 €
Outros gastos e perdas	31.287,18 €	1.200,06 €
Total	31.312,09 €	1.344,72 €

O crescimento de 29.967,37 € registado na rubrica de “Outros gastos e perdas” em 2020 comparativamente a 2019 é em grande medida justificado pela devolução ao Centro Distrital de Segurança Social dos valores recebidos em excesso que resultam da diferença (22.731,96 €) entre o acordo mantido com a Segurança Social e o número de presenças em creche e jardim-de-infância.

17.4 – Depreciações e amortizações

A rubrica de “Depreciações e amortizações” tem em 31 de dezembro de 2020 o seguinte detalhe:

Depreciações e amortizações	31-12-2020	31-12-2019
Ativos fixos tangíveis	87.851,40 €	103.102,72 €
Ativos intangíveis	47,60 €	0,00 €
Total	87.899,00 €	103.102,72 €

17.5 – Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica de “Juros e rendimentos similares obtidos” tem em 31 de dezembro de 2020 o seguinte detalhe:



Depreciações e amortizações	31-12-2020	31-12-2019
Juros de depósito a prazo obtidos	1.044,61 €	3.363,54 €
Total	1.044,61 €	3.363,54 €

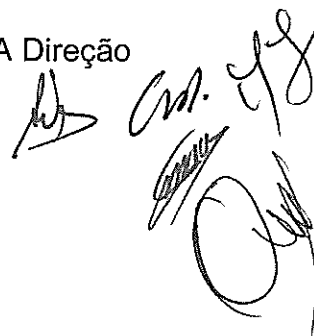
17.6 – Outras informações:

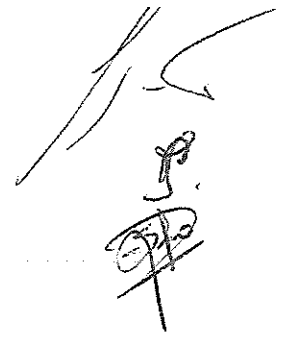
Não aplicável.

Contabilista Certificado n.º 90318



A Direção





PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E CONTAS DO PERÍODO DE 2020

Senhores Associados

No cumprimento das nossas obrigações estatutárias e de acordo com o artigo 34.º alínea b), apresentamos o nosso parecer sobre o Relatório e Contas do período de 2020, apresentado pela Direção.

Analisados com base no acompanhamento da atividade da Direção durante o período de 2020, e verificado o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas, Demonstração de Alterações dos Fundos Patrimoniais, Demonstração de Fluxos de Caixa e Balancetes apresentados, constatou-se que o valor dos Rendimentos foi de 2.021.931,99 € e o valor dos Gastos de 2.361.552,90 €. O saldo do ativo é de 3.725.667,31 € no final do período de 2020, foi obtido um resultado líquido do período negativo em 339.620,91 € e uma redução do Fundo Patrimonial de 454.932,47.

Face ao exposto, foi decidido dar o seguinte parecer, tendo em consideração o parecer do Revisor Oficial de Contas, sobre as contas de 2020:

- Que se aprove o Relatório e Contas do período de 2020.
- Que o Resultado Líquido do Período negativo em 339.620,91 € (trezentos e trinta e nove mil seiscentos e vinte euros e noventa e um cêntimos seja mantido em resultados transitados.

Considerando as demonstrações financeiras que traduzem uma imagem verdadeira e apropriada da instituição, reconhecemos que os resultados negativos obtidos neste exercício e em exercícios anteriores são prejudiciais ao equilíbrio financeiro que se pretende manter para os próximos períodos.

Assim, este conselho sugere que se efetue uma análise e uma reformulação estratégica, de forma a ver refletidas essas alterações em termos de gastos, resultados e conseqüente desempenho operacional da entidade. Recomenda-se ainda um acompanhamento constante da evolução dos gastos.

Tomar, 21 de maio de 2021.

O Conselho Fiscal

Presidente: _____

1.º
Vogal: Carla Joaquina

2.º
Vogal: Juliana Joaquina Sebastião Soares

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TOMAR** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 3.725.667 euros e um total de fundos patrimoniais de 3.131.781 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 339.621 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da entidade **CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TOMAR** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção infra "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ourém, 28 de maio de 2021,



VL SANTOS & ASSOCIADOS – SROC, S.A.

Inscrita na OROC sob o n.º 265 e na CMVM sob o n.º 20161558

Representada pelo sócio VÍTOR LUÍS CARRASQUEIRA DOS SANTOS, ROC n.º 1527

